



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar a viabilidade técnica e econômica para a contratação de empresa especializada na execução de obras de pavimentação de vias urbanas no Município de Maragogipe/BA, conforme condições, especificações e quantitativos constantes nos documentos técnicos que integram o presente processo, em especial o projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais peças correlatas.

A elaboração deste ETP encontra fundamento no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, constituindo etapa essencial do planejamento da contratação pública, voltada à identificação da melhor solução para atendimento da necessidade administrativa, sob a perspectiva do interesse público, eficiência e economicidade.

A demanda decorre da necessidade de melhoria da infraestrutura urbana municipal, especialmente no que se refere à trafegabilidade, acessibilidade e segurança viária, tendo em vista o atual estado de conservação das vias contempladas, que apresentam desgaste, irregularidades e deficiência estrutural, comprometendo o deslocamento de veículos e pedestres.

Conforme evidenciado no projeto básico e no memorial descritivo, a intervenção abrange serviços de pavimentação em blocos intertravados/paralelepípedos, execução de meio-fio, calçadas acessíveis, drenagem e demais serviços complementares, em diversas vias do município, totalizando área aproximada de 8.212,98 m², com previsão de execução distribuída em diferentes frentes de obra.

A solução proposta está alinhada às diretrizes de desenvolvimento urbano e melhoria da qualidade de vida da população, contribuindo diretamente para a redução de acidentes, valorização imobiliária, facilitação do escoamento da produção local e incremento da mobilidade urbana, conforme justificativas constantes do memorial descritivo do empreendimento.

Ademais, os custos estimados da contratação foram estruturados com base em composições referenciais oficiais (SINAPI, ORSE, SICRO e outras), acrescidos de BDI calculado conforme parâmetros técnicos aplicáveis, resultando em orçamento estimado global na ordem de R\$ 1.709.888,84, evidenciando a necessidade de adequada instrução processual e planejamento detalhado da contratação.

Dessa forma, o presente ETP visa subsidiar a Administração na escolha da melhor alternativa de contratação, avaliando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, com vistas à adequada execução do objeto e atendimento pleno da necessidade pública identificada.

Processo Administrativo nº 175 /2026

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade de promover a melhoria da infraestrutura urbana do Município de Maragogipe/BA, especialmente no que se refere às condições de trafegabilidade, acessibilidade e segurança das vias públicas atualmente em estado precário de conservação. Verifica-se que diversas vias urbanas do município apresentam irregularidades estruturais, ausência ou deficiência de pavimentação adequada, buracos, acúmulo de poeira e lama em períodos chuvosos, bem como inexistência ou inadequação de dispositivos de drenagem e acessibilidade, fatores que comprometem significativamente a mobilidade urbana, a segurança de pedestres e condutores, além de impactar negativamente na qualidade de vida da população.

Conforme evidenciado no memorial descritivo do projeto, a ausência de pavimentação adequada tem ocasionado danos a veículos, dificuldades de acesso às residências, prejuízos ao escoamento



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

da produção local e aumento do risco de acidentes, além de contribuir para a desvalorização imobiliária e limitação do desenvolvimento socioeconômico do município.

A intervenção pretendida consiste na execução de pavimentação em vias urbanas, abrangendo serviços de terraplanagem, execução de pavimento em paralelepípedo ou piso intertravado, implantação de meio-fio, construção de calçadas acessíveis, sistema de drenagem e sinalização viária, conforme especificações técnicas constantes no projeto básico e demais documentos que instruem o processo.

A área total a ser beneficiada é de aproximadamente 8.212,98 m², distribuída em diversas ruas do município, o que evidencia a relevância e abrangência da intervenção proposta.

A contratação justifica-se, portanto, pela necessidade de atender ao interesse público primário, promovendo melhorias estruturais que impactam diretamente na mobilidade urbana, na segurança viária, na acessibilidade universal (inclusive com previsão de execução de passeios conforme normas técnicas de acessibilidade), e no desenvolvimento urbano sustentável.

Ressalta-se, ainda, que a não realização da contratação implicará na manutenção das condições atuais das vias, com tendência de agravamento dos problemas existentes, aumento dos custos futuros de manutenção corretiva e prejuízos contínuos à população, configurando cenário incompatível com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a Administração Pública.

Dessa forma, resta caracterizada a necessidade administrativa da contratação, devidamente alinhada ao planejamento municipal e às políticas públicas de infraestrutura urbana, justificando a adoção das medidas necessárias para a execução da obra pretendida.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Em que pese o Município ainda estar em fase de construção do seu Plano Anual de Contratações, a contratação encontra amparo no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentário, e na Lei Orçamentária Anual, portanto, demonstrando o alinhamento entre a contratação e o planejamento do Município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais e legais indispensáveis à adequada execução do objeto, garantindo a qualidade da obra, a segurança dos usuários e o atendimento ao interesse público.

4.1. Requisitos técnicos da solução

A execução dos serviços deverá atender integralmente às especificações constantes no projeto básico, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, contemplando, entre outros, os seguintes serviços: terraplanagem, regularização e compactação de subleito, execução de pavimentação em paralelepípedo ou piso intertravado, assentamento de meio-fio, execução de calçadas acessíveis, implantação de sistema de drenagem e sinalização viária, conforme detalhamento técnico do empreendimento.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, manuais do DNIT, especificações do SINAPI e demais regulamentos pertinentes à engenharia civil e infraestrutura urbana.

4.2. Requisitos de qualificação técnica

A futura contratada deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante:

- a) Registro ou inscrição da empresa e de seus responsáveis técnicos no CREA/CAU competente;
- b) Comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestados de execução de serviços de pavimentação, terraplanagem, drenagem e obras correlatas;
- c) Comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de profissional habilitado (engenheiro civil), com experiência comprovada em execução de obras similares;
- d) Indicação de responsável técnico pela execução da obra, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).



4.3. Requisitos operacionais

A contratada deverá dispor de equipe técnica e operacional compatível com a complexidade da obra, incluindo, no mínimo, engenheiro civil, mestre de obras e equipe de execução, conforme previsto no memorial descritivo.

Deverá, ainda, possuir equipamentos e maquinários adequados à execução dos serviços, tais como compactadores, retroescavadeiras, equipamentos de terraplanagem e ferramentas específicas para execução de pavimentação e drenagem.

4.4. Requisitos de execução

A execução da obra deverá observar:

- a) Cumprimento rigoroso do cronograma físico-financeiro;
- b) Atendimento às normas de segurança do trabalho e legislação trabalhista vigente;
- c) Controle de qualidade dos materiais empregados, com possibilidade de exigência de ensaios e laudos técnicos;
- d) Execução conforme as boas práticas de engenharia, garantindo durabilidade e desempenho da pavimentação;
- e) Atendimento às normas de acessibilidade, especialmente no que se refere à execução de calçadas e rampas, conforme parâmetros técnicos aplicáveis.

4.5. Requisitos ambientais

A contratada deverá adotar medidas de mitigação de impactos ambientais, incluindo destinação adequada de resíduos da construção civil, controle de poeira, ruídos e demais impactos decorrentes da execução da obra, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.6. Requisitos legais e contratuais

A contratação deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas aplicáveis às contratações públicas e à execução de obras de engenharia.

A empresa contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, bem como cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade da Administração Pública, avaliando as soluções técnicas existentes, sua viabilidade e a adequação ao interesse público, nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

No caso em análise, verificou-se que a execução de obras de pavimentação de vias urbanas é amplamente ofertada por empresas do setor de construção civil, existindo no mercado diversas empresas especializadas e devidamente capacitadas para execução de serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem e infraestrutura urbana.

5.1. Soluções disponíveis no mercado

Foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

a) Execução direta pela Administração (execução própria):

Hipótese em que o Município executaria diretamente a obra, com utilização de equipe própria e equipamentos públicos.

b) Contratação de empresa especializada para execução da obra (empreitada):

Modelo tradicional de contratação de terceiros para execução integral dos serviços, mediante licitação.

c) Contratação por etapas ou fracionamento dos serviços:

Execução separada dos serviços (terraplanagem, pavimentação, drenagem etc.), mediante múltiplas contratações.

5.2. Análise das alternativas

A execução direta pela Administração mostra-se inviável diante da ausência de estrutura técnica e operacional suficiente, incluindo equipe especializada, maquinário adequado e capacidade de gerenciamento de obra dessa magnitude, o que comprometeria a qualidade e o prazo de execução.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

A contratação por etapas, embora possível, não se mostra a alternativa mais eficiente, uma vez que pode gerar dificuldades na coordenação das atividades, aumento de custos administrativos, riscos de incompatibilidade técnica entre os serviços e maior complexidade na fiscalização contratual.

Por sua vez, a contratação de empresa especializada para execução integral da obra apresenta-se como a solução mais vantajosa, pois permite a centralização da responsabilidade técnica, maior eficiência na execução, melhor controle de qualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos.

5.3. Justificativa da solução escolhida

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada, por meio de licitação, sob regime de empreitada, é a solução que melhor atende ao interesse público, considerando os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica.

Tal modelo possibilita a execução integrada dos serviços previstos, incluindo terraplanagem, pavimentação, drenagem, execução de calçadas e sinalização viária, conforme especificações constantes no projeto básico e planilhas orçamentárias, reduzindo riscos operacionais e garantindo maior qualidade técnica do empreendimento.

Ademais, a ampla oferta de empresas no mercado assegura a competitividade do certame, favorecendo a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.4. Conclusão do levantamento de mercado

Assim, com base na análise das alternativas disponíveis, verifica-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação de vias urbanas, mediante processo licitatório, garantindo-se a seleção da proposta mais vantajosa e a adequada execução do objeto.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação de vias urbanas no Município de Maragogipe/BA, abrangendo a implantação completa da infraestrutura necessária à adequada trafegabilidade, acessibilidade e drenagem das vias contempladas.

A solução foi estruturada de forma integrada, contemplando todas as etapas indispensáveis à execução da obra, desde os serviços preliminares até a finalização, garantindo funcionalidade, durabilidade e desempenho adequado da pavimentação.

Nesse sentido, a execução compreenderá, de forma sistêmica, os seguintes conjuntos de serviços:

- a) **Serviços preliminares e administração da obra**, incluindo instalação de canteiro, placa de obra, mobilização de equipe técnica e acompanhamento por profissionais habilitados;
- b) **Terraplanagem**, com regularização e compactação do subleito, garantindo suporte adequado às camadas superiores do pavimento;
- c) **Execução da pavimentação**, por meio de assentamento de paralelepípedos ou blocos intertravados, conforme definido em projeto, incluindo preparo da base, assentamento e acabamento;
- d) **Implantação de meio-fio e dispositivos de contenção**, assegurando o confinamento da pavimentação e o correto escoamento superficial;
- e) **Execução de calçadas acessíveis**, com observância das normas técnicas de acessibilidade, incluindo rampas, faixas livres de circulação e piso adequado;
- f) **Sistema de drenagem**, com execução de valas, tubulações, caixas de passagem, sarjetas e demais dispositivos necessários ao adequado escoamento das águas pluviais;
- g) **Sinalização viária**, com instalação de placas e dispositivos de orientação e segurança;
- h) **Serviços finais**, incluindo limpeza da obra e entrega em condições adequadas de uso.

A solução adotada está baseada em projeto básico devidamente elaborado, contendo memorial descritivo, planilha de levantamento de quantidades, cronograma físico-financeiro e orçamento detalhado, estruturado a partir de referências oficiais de custos, tais como SINAPI, ORSE e SICRO, acrescidos de BDI calculado conforme parâmetros técnicos aplicáveis.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

A execução será realizada em múltiplas frentes de obra, abrangendo diversas vias do município, conforme planejamento técnico previamente definido, o que permite maior eficiência operacional e otimização do prazo de execução.

Destaca-se que a solução foi concebida com foco na durabilidade, manutenção simplificada e adequação às condições locais, utilizando técnicas construtivas consolidadas e amplamente adotadas em obras de infraestrutura urbana, garantindo confiabilidade e desempenho ao longo do tempo.

Além disso, a solução contempla aspectos de acessibilidade urbana, mobilidade e segurança viária, alinhando-se às diretrizes de desenvolvimento urbano sustentável e melhoria da qualidade de vida da população.

Dessa forma, a solução apresentada atende de maneira integral à necessidade identificada, proporcionando uma intervenção estruturada, tecnicamente adequada e economicamente viável para o Município.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em metodologia técnica adequada, observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se como referência principal sistemas oficiais de custos e insumos de obras públicas.

Para a composição dos preços unitários dos serviços, foram adotadas referências provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, bem como de outras bases complementares reconhecidas, a exemplo de ORSE, SICRO e composições específicas, conforme detalhamento constante na planilha orçamentária do empreendimento.

Os custos diretos foram acrescidos de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), calculados conforme metodologia técnica consagrada, contemplando parcelas relativas à administração central, seguros, riscos, despesas financeiras, tributos e lucro, resultando em percentual aproximado de 24,13%, compatível com o tipo de obra e com os parâmetros adotados para obras públicas de infraestrutura urbana.

A estimativa global da contratação, considerando todos os serviços previstos no projeto básico, perfaz o montante de aproximadamente R\$ 1.709.888,84 (um milhão, setecentos e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), conforme planilha orçamentária consolidada.

Ressalta-se que os quantitativos foram definidos com base na planilha de levantamento de quantidades e memória de cálculo do projeto, contemplando todos os serviços necessários à execução integral da obra, tais como terraplanagem, pavimentação, drenagem, execução de calçadas, sinalização viária e serviços complementares.

Ademais, a estimativa de preços reflete valores praticados no mercado e em contratações similares, considerando bases atualizadas e parâmetros técnicos oficiais, garantindo a compatibilidade com o mercado e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Destaca-se, por fim, que a memória de cálculo detalhada poderá ser mantida em sigilo até a conclusão do processo licitatório, nos termos da legislação vigente, de modo a preservar a competitividade do certame.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem, sempre que possível, ser divididas em parcelas, com vistas à ampliação da competitividade, desde que tal medida seja técnica e economicamente viável e não comprometa o conjunto da solução.

No caso em análise, avaliou-se a possibilidade de parcelamento da contratação, especialmente quanto à divisão dos serviços por etapas (terraplanagem, pavimentação, drenagem, calçadas e sinalização) ou por frentes de obra.



Contudo, conclui-se que o parcelamento da solução não se mostra adequado, pelos seguintes fundamentos:

Inicialmente, destaca-se que os serviços previstos são tecnicamente interdependentes e sequenciais, sendo a adequada execução de uma etapa condicionada à correta realização da anterior, especialmente no que se refere à terraplanagem, execução do subleito, pavimentação e drenagem. A fragmentação dessas atividades poderia comprometer a qualidade final da obra e gerar incompatibilidades técnicas entre os serviços executados por diferentes contratadas.

Ademais, a execução integrada por uma única empresa permite maior controle técnico, padronização dos serviços, uniformidade de execução e melhor gerenciamento do cronograma físico-financeiro, reduzindo riscos de atrasos, retrabalho e conflitos operacionais.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento implicaria aumento dos custos administrativos para a Administração, em razão da necessidade de múltiplos processos licitatórios, contratos distintos e maior complexidade na fiscalização, além de potencial perda de ganhos de escala.

Do ponto de vista operacional, a existência de diversas frentes de obra distribuídas em diferentes vias do município exige coordenação centralizada e planejamento integrado, o que é melhor alcançado mediante a contratação de uma única empresa responsável pela execução global do objeto.

Ressalta-se, ainda, que a não adoção do parcelamento não compromete a competitividade do certame, uma vez que o objeto é usual no mercado e amplamente executado por empresas do setor de construção civil, havendo número suficiente de potenciais licitantes aptos à execução integral da obra.

Dessa forma, conclui-se que a contratação por lote único, sem parcelamento, representa a solução mais eficiente, segura e economicamente vantajosa para a Administração Pública, garantindo a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação pretendida visa alcançar resultados concretos e mensuráveis relacionados à melhoria da infraestrutura urbana do Município de Maragogipe/BA, promovendo impactos diretos na mobilidade, segurança viária, acessibilidade e qualidade de vida da população.

Com a execução da obra de pavimentação das vias urbanas contempladas, espera-se, inicialmente, a melhoria significativa das condições de trafegabilidade, com eliminação de irregularidades, buracos e trechos críticos, proporcionando deslocamento mais seguro e eficiente para veículos e pedestres.

Outro resultado relevante consiste na redução de danos a veículos e diminuição de acidentes de trânsito, decorrentes das atuais condições precárias das vias, além da mitigação de transtornos causados por poeira em períodos secos e lama em períodos chuvosos, fatores que impactam diretamente a saúde e o bem-estar da população.

A implantação de sistema de drenagem adequado proporcionará melhor escoamento das águas pluviais, reduzindo pontos de alagamento, erosões e degradação precoce da pavimentação, aumentando a durabilidade da infraestrutura implantada.

No que se refere à acessibilidade, a execução de calçadas com observância às normas técnicas permitirá a ampliação da mobilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo maior inclusão e cumprimento das diretrizes de acessibilidade urbana.

Sob o aspecto urbanístico e econômico, a intervenção contribuirá para a valorização imobiliária das áreas beneficiadas, melhoria do ambiente urbano e fortalecimento das atividades comerciais locais, facilitando o escoamento da produção e o acesso a serviços.

Do ponto de vista administrativo, a execução da obra permitirá a redução de custos com manutenção corretiva das vias, substituindo intervenções paliativas por solução estruturante e de maior durabilidade.

Além disso, a execução do empreendimento deverá gerar empregos diretos e indiretos durante o período de obra, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local, conforme já evidenciado no planejamento técnico do projeto.



De forma consolidada, os resultados pretendidos podem ser sintetizados em: Melhoria da mobilidade urbana e trafegabilidade; Redução de acidentes e danos a veículos; Diminuição de poeira, lama e impactos à saúde pública; Implantação de infraestrutura de drenagem eficiente; Ampliação da acessibilidade urbana; Valorização imobiliária e desenvolvimento local; Redução de custos futuros de manutenção; Geração de emprego e renda durante a execução da obra.

Dessa forma, a contratação demonstra elevado potencial de retorno social, econômico e estrutural, atendendo plenamente ao interesse público e às diretrizes de desenvolvimento urbano do Município.

11. ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A presente análise tem por objetivo identificar os principais riscos associados à contratação pretendida, tanto na fase de licitação quanto na execução contratual, bem como estabelecer medidas mitigadoras capazes de reduzir a probabilidade de ocorrência e seus impactos, em conformidade com as boas práticas de planejamento das contratações públicas.

9.1. Riscos relacionados à fase de licitação

a) Risco de baixa competitividade do certame

Causa: exigências excessivas de habilitação ou especificações restritivas.
Impacto: redução do número de participantes e possibilidade de contratação por preço superior ao de mercado.

Mitigação: elaboração de edital com exigências proporcionais ao objeto, observando os princípios da competitividade e isonomia.

b) Risco de sobrepreço ou preços inexequíveis

Causa: falhas na estimativa de preços ou ausência de critérios adequados de julgamento.
Impacto: contratação com valores acima do mercado ou execução contratual comprometida por proposta inexequível.

Mitigação: utilização de referências oficiais de preços (SINAPI, ORSE, SICRO), análise de executabilidade e critérios objetivos de julgamento.

c) Risco de impugnações e atrasos no certame

Causa: inconsistências no edital ou falhas na instrução processual.
Impacto: suspensão ou atraso da licitação.

Mitigação: revisão técnica e jurídica prévia de todos os documentos do processo licitatório.

9.2. Riscos relacionados à execução contratual

a) Risco de atraso na execução da obra

Causa: falhas no planejamento da contratada, condições climáticas adversas ou dificuldades operacionais.

Impacto: descumprimento do cronograma e prejuízo à população.

Mitigação: exigência de cronograma físico-financeiro detalhado, fiscalização efetiva e aplicação de penalidades contratuais em caso de atraso injustificado.

b) Risco de execução inadequada dos serviços

Causa: utilização de mão de obra não qualificada ou materiais de baixa qualidade.
Impacto: comprometimento da durabilidade da obra e necessidade de retrabalho.

Mitigação: exigência de qualificação técnica, acompanhamento por responsável técnico habilitado e controle rigoroso de qualidade dos serviços.

c) Risco de inadequação técnica entre etapas da obra

Causa: falhas na execução de etapas interdependentes (terraplanagem, pavimentação, drenagem).
Impacto: prejuízo estrutural à pavimentação e redução da vida útil da obra.

Mitigação: execução integrada por única contratada e fiscalização contínua por equipe técnica.

d) Risco de impactos ambientais e urbanos

Causa: destinação inadequada de resíduos, geração de poeira e interferência na mobilidade local durante a obra.

Impacto: danos ambientais e insatisfação da população.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Mitigação: exigência de cumprimento da legislação ambiental, adoção de medidas mitigadoras e planejamento da execução por etapas.

e) Risco de reequilíbrio econômico-financeiro

Causa: variação de preços de insumos ou eventos supervenientes.

Impacto: aumento de custos contratuais e necessidade de aditivos.

Mitigação: adequada definição de preços com base em referências atualizadas e previsão contratual de mecanismos de reequilíbrio, nos termos da legislação vigente.

f) Risco de falhas na fiscalização contratual

Causa: ausência de acompanhamento técnico adequado por parte da Administração.

Impacto: execução irregular dos serviços e prejuízo ao interesse público.

Mitigação: designação formal de fiscal de contrato e acompanhamento sistemático da execução da obra.

9.3. Conclusão da análise de riscos

A análise realizada demonstra que os riscos identificados são inerentes à natureza do objeto, sendo, contudo, plenamente gerenciáveis mediante adoção de medidas preventivas e atuação eficaz da Administração Pública na fase de planejamento, licitação e execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável sob o ponto de vista de gestão de riscos, desde que observadas as medidas mitigadoras ora indicadas.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para viabilizar a adequada execução do objeto pretendido, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências, indispensáveis à regular instrução do processo licitatório e à futura execução contratual:

Inicialmente, deverá ser assegurada a completa instrução processual, com a consolidação dos documentos técnicos que fundamentam a contratação, incluindo projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais peças técnicas pertinentes, devidamente aprovadas pelos setores competentes.

Deverá ser promovida a análise e validação técnica dos documentos de engenharia, com verificação da compatibilidade entre projeto, quantitativos e orçamento estimado, de modo a evitar inconsistências que possam comprometer o certame ou a execução contratual.

A Administração deverá, ainda, assegurar a disponibilidade orçamentária e financeira para suportar a contratação, mediante indicação da dotação orçamentária correspondente, em conformidade com as normas de execução orçamentária e financeira.

Será necessária a designação formal de equipe responsável pela condução do processo licitatório e pela fiscalização contratual, incluindo agente de contratação, equipe de apoio e fiscal de contrato com qualificação técnica compatível com o objeto.

Deverá ser elaborada a minuta do edital e do contrato administrativo, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como a definição dos critérios de julgamento, requisitos de habilitação e condições de execução.

Também deverá ser verificada a regularidade das áreas objeto da intervenção, incluindo eventuais autorizações necessárias, inexistência de impedimentos legais à execução da obra e compatibilidade com o planejamento urbano municipal.

A Administração deverá, ainda, adotar medidas de planejamento quanto à logística da execução da obra, considerando a existência de múltiplas frentes de serviço, de modo a minimizar impactos à mobilidade urbana durante a execução.

Por fim, deverão ser definidos os mecanismos de acompanhamento e controle da execução contratual, incluindo procedimentos de medição, fiscalização e recebimento da obra, garantindo a adequada gestão do contrato e o atendimento ao interesse público.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução da obra de pavimentação de vias urbanas poderá gerar impactos ambientais temporários e localizados, inerentes à natureza das atividades de engenharia civil, os quais foram analisados no âmbito do presente estudo, com a indicação de medidas mitigadoras adequadas.

Dentre os principais impactos potenciais, destacam-se a geração de resíduos da construção civil, emissão de poeira e material particulado durante as etapas de terraplanagem e movimentação de solo, emissão de ruídos decorrentes da utilização de máquinas e equipamentos, bem como possíveis interferências temporárias na drenagem natural e na mobilidade urbana local.

No que se refere aos resíduos sólidos, a execução da obra poderá gerar entulhos e sobras de materiais, os quais deverão ser devidamente acondicionados, transportados e destinados a locais ambientalmente adequados, em conformidade com a legislação vigente e normas aplicáveis à gestão de resíduos da construção civil.

Quanto à emissão de poeira e partículas, especialmente em períodos secos, deverão ser adotadas medidas de controle, como umidificação das áreas de intervenção e adequada organização das frentes de trabalho, minimizando impactos à população local.

A emissão de ruídos será restrita ao período de execução da obra, devendo a contratada observar horários compatíveis com a legislação municipal e adotar práticas que reduzam os níveis de poluição sonora.

No tocante à drenagem, a solução proposta contempla a implantação de dispositivos adequados para o escoamento das águas pluviais, o que, ao final da execução, resultará em impacto ambiental positivo, reduzindo processos erosivos, alagamentos e degradação do solo urbano.

Além disso, a execução de calçadas acessíveis e organização do espaço urbano contribui para a melhoria do ambiente urbano e ordenamento do uso do solo, gerando benefícios ambientais indiretos.

A contratada deverá cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável, adotando boas práticas de engenharia e medidas de mitigação durante toda a execução contratual, incluindo controle de poluição, destinação adequada de resíduos e preservação das condições ambientais locais.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são controláveis, temporários e mitigáveis, sendo superados pelos benefícios ambientais e urbanísticos proporcionados pela obra.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é **tecnicamente viável, economicamente adequada e juridicamente possível**, mostrando-se a solução mais eficiente para o atendimento da necessidade pública identificada.

A solução proposta encontra-se devidamente fundamentada em projeto básico, memorial descritivo, levantamento de quantitativos e orçamento estimado, elaborado com base em referências oficiais de preços, garantindo compatibilidade com o mercado e observância aos princípios da economicidade e eficiência.

Foram identificados os principais riscos envolvidos na contratação, os quais se mostram plenamente gerenciáveis mediante adoção das medidas mitigadoras indicadas, não havendo óbices relevantes à sua execução.

Ademais, a solução atende às diretrizes de desenvolvimento urbano, mobilidade e acessibilidade, promovendo benefícios diretos à população e contribuindo para a melhoria da infraestrutura do Município.

Dessa forma, **declara-se a viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Maragogipe-Ba, 25 de março de 2026.



EVERTON DE JESUS PINHEIRO
CREA: 3000136973BA



CLERISVALDO NASCIMENTO DE ANDRADE
Secretário de Planejamento



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

- 1 Informações gerais
1.2 Área requisitante *SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO*

1.3 Descrição sucinta do objeto

O objeto da presente demanda consiste na contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação em paralelepípedo, em vias públicas do Município de Maragogipe/BA incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços complementares necessários à plena execução do objeto, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos técnicos que integram o presente processo licitatório.

- 1.4 Prioridade
PRIORIDADE ALTA.

1.5 Justificativa de prioridade

A presente contratação possui caráter prioritário em razão da necessidade de implantação de infraestrutura básica essencial à população local, tendo em vista que a execução da obra visa garantir adequada trafegabilidade, segurança e melhoria das condições de mobilidade urbana, atendendo, assim, ao interesse público e às demandas da comunidade; dessa forma, a contratação mostra-se prioritária para assegurar melhores condições de circulação, acessibilidade e qualidade de vida aos munícipes.

2 Justificativa da necessidade

A presente contratação fundamenta-se no dever da Administração Pública de promover a adequada infraestrutura urbana e garantir o direito de ir e vir dos cidadãos com segurança e dignidade, considerando que as vias objeto deste projeto atualmente não possuem pavimentação, o que ocasiona acúmulo de poeira em períodos secos e formação de lama em períodos chuvosos, prejudicando o acesso de veículos de emergência, o transporte escolar e a circulação de pedestres; nesse contexto, a pavimentação em paralelepípedo apresenta-se como a solução técnica mais adequada, em razão de sua durabilidade, facilidade de manutenção e excelente custo-benefício para o tráfego local, além de contribuir diretamente para a valorização do espaço urbano e para a melhoria da qualidade de vida da população de Maragogipe/BA.

3 Materiais e/ou Serviços a serem contratados

Os materiais e serviços a serem contratados estão detalhados no memorial descritivo e na planilha orçamentária, os quais especificam as características técnicas e os requisitos necessários à execução do projeto.

4 Responsáveis pela contratação

Secretário Municipal de Planejamento:
CLERISVALDO NASCIMENTO DE ANDRADE

5 Acompanhamento da contratação

Ordem	Descrição	Responsável	Data
1.	Engenheiro Civil	Everton de Jesus Pinheiro, Fiscal de Contratos	Período do cronograma



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

6 Assinaturas dos responsáveis:

DFD finalizado em: 12 de janeiro de 2026


CLERISVALDO NASCIMENTO DE
ANDRADE
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

Maragogipe-Ba, 12 de janeiro de 2026.


EVERTON DE JESUS PINHEIRO
CREA: 3000136973BA


CLERISVALDO NASCIMENTO DE ANDRADE
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO